CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 1866/77 PROC. CG N° 2146/77 - DRE-C N° 6421/75

INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

ASSUNTO: Convênio entre a Secretaria de Estado da Educação e a Prefeitura Municipal de Iracemápolis - Retificação e Ratificação.

RELATOR: Conselheiro Salles da Silva

PARECER CEE N° 288/78 - CP - Aprov. em 29/03/78

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO

1.1 - O Exmo. Sr. Secretário da Educação, atendendo a solicitação da Sra. Dirigente da Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional (ATPCE), encaminhou a este Conselho, em 18/01/78, minuta do Termo de Retificação e Ratificação do Convênio celebrado entre a Pasta da Educação e a Prefeitura Municipal de Iracemápolis, objetivando a instalação e o funcionamento da habilitação profissional de Agrimensura, em nível de 2º grau, na E.E.P.S.G. "Cesarino Borba", do município mencionado.

1.2 - O Convênio em apreço, de Cooperação Interadministrativa foi efetuado em 04/02/76, não foi publicado no Diário Oficial e não houve, de acordo com o inciso III da Lei nº 10.403, de 6 de julho de 1971, o pronunciamento deste Conselho sobre a matéria.

1.3 - A ETACCP, às fls. 79/80, aponta outras irregularidades:

1.3.1 - O Diretor da Divisão Regional de Educação de Campinas, autorizado pelo Sr. Secretário, assinou o Convênio contrariando o disposto na Seção II, da Emenda Constitucional nº 2, de 30/10/69, que estabelece a necessidade de autorização prévia do Exmo. Sr. Governador para a celebração de convênios com autoridades públicas ou particulares.

1.3.2 - Não foi ouvida, também, oportunamente, a ATPCE em atendimento ao inciso II do artigo 59, Decreto n° 7.510/76.

1.3.3 - A Cláusula Nona do citado instrumento estabelece que a duração seria por tempo indeterminado, o que contraria o artigo 42 da Lei n° 89/72, combinado com o artigo 81 do mesmo diploma legal, que estabelece o prazo máximo de 5 (cinco) anos, para a vigência de tais Convênios.

1.4 - O Exmo. Sr. Secretário da Educação, ao autorizar o Sr. Diretor da DRE-Campinas a firmar o Convênio, fundamentou-se na Resolução SE n° 72, de 08/9/75, mas que foi revogada por S.Exa. pela Resolução SE n° 9, de 17/01/77.

1.5 - A Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional propôs ao Sr. Secretário as medidas julgadas necessárias para sanar as irregularidades, inclusive minutando termo aditivo de retificação e ratificação do citado Convênio. Acolhidas as sugestões da ATPCE, o protocolado foi encaminhado pela Secretaria do Gabinete a este Colegiado.

2. APRECIÇÃO

2.1 - O Convênio firmado entre a Secretaria de Estado da Educação e a Prefeitura Municipal de Itacarépolis, em 04/02/76, tem por objetivo a instalação e o funcionamento, na mencionada localidade, da habilitação profissional do Técnico de Agrimensura, em nível de 2° grau.

2.2 - O citado instrumento inclui 11 (onze) cláusulas, cabendo à Prefeitura a instalação de laboratório especializado, na Escola Estadual de 1° e 2° Graus "Cesarino Borba", equipando-o com os instrumentos e aparelhos requeridos para o ensino de Agrimensura e que serão doados à Associação de Pais e Mestres.

2.3 - A Secretaria de Educação se comprometeu a assegurar o funcionamento regular do mencionado curso e a designar os professores das disciplinas referentes à educação geral e a formação especial.

2.4 - As partes estipularam, na Cláusula Nona que o Convênio vigoraria por tempo indeterminado, o que infringiu o disposto no artigo 42, combinado com o artigo 81, da Lei nº 89/72, que veda vigência superior a 5 (cinco) anos.

2.5 - A Prefeitura atendeu ao que prescreve o artigo 24, inciso XIII do Decreto-Lei Complementar nº 9/69, uma vez que a Lei Municipal nº 358/76 autorizou o Chefe do Executivo a celebrar o aludido Convênio.

2.6 - A Cláusula Nona passou a vigorar com a seguinte redação: "O presente Convênio vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério das partes convenientes ou denunciado por ofício protocolado no órgão competente, por qualquer das partes, com antecedência mínima de 6 (seis) meses antes do término de cada ano escolar, mas os efeitos da denúncia só se operarão após o encerramento desse período".

2.7 - As demais cláusulas não sofreram alterações.

II - CONCLUSÃO

A vista do exposto, voto no sentido de que este Conselho se manifeste favoravelmente à aprovação do Termo de Retificação e Ratificação do Convênio de Cooperação Interadministrativa, celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação e a Prefeitura Municipal de Itacurupó em 04/02/76, objetivando a instalação e o funcionamento da habilitação profissional em nível de 2º grau - Técnico em Agrimensura - na E.E.P.S.G. "Cesarino Borba", do referido município.

São Paulo, 15 de março de 1978

a) Cons. João Baptista Salles da Silva - Relator

III - DECISÃO DA COMISSÃO

A COMISSÃO DE PLANEJAMENTO adota como seu Parecer o Voto do nobre Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: João Baptista Salles da Silva, Maria Aparecida Tamaso Garcia e Maria de Lourdes M. Haidar.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1978

a) Cons. Maria Aparecida Tamaso Garcia Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Comissão de Planejamento, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 29 de março de 1978

a) Cons.º MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES

Presidente